

Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*.

JOÃO PIMENTA E HENRIQUE MENDES MUSEU MUNICIPAL/CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

O início do projeto. Escavação do Museu do Neo-realismo

➤ Em março de 2006, no dia em que iniciámos funções como arqueólogos do município de Vila Franca de Xira, fomos confrontados com a obra já em curso do Museu do Neo-realismo.

A localização deste espaço, em pleno centro histórico da atual cidade de Vila Franca de Xira, e nas imediações do núcleo medieval da Vila alta, deixava antever, a possibilidade da existência de vestígios patrimoniais.

A intervenção de arqueologia de emergência, aqui realizada, durante os meses de março e abril de 2006, permitiu obter uma boa leitura da ocupação humana deste espaço, revelando uma insuspeita longa diacronia de ocupação que remonta a época romana (Pimenta e Mendes, 2007; Mendes e Pimenta, 2008a).

Um dos elementos mais marcantes, e mesmo surpreendentes desta escavação, foi o de se ter detetado um troço de uma antiga via de origem romana.

Esta imponente estrutura com mais de vinte metros de extensão, atravessava transversalmente o atual Museu do Neo-realismo, no sentido sudoeste nordeste, prolongando-se sob os edifícios limítrofes (Figura 1).

A leitura em área da estratigrafia associada a este troço de via, revelou-se singularmente produtora, tendo sido possível estudar a forma como foi construída em meados do século I d.C., a sua utilização e reparação consecutiva ao longo de mais de mil e quinhentos anos, e o seu progressivo abandono em meados do século XV.

A análise das evidências exumadas no decorrer da escavação em área, permitem interpretar esta estrutura, como um troço de uma antiga estrada. Esta via apresentava a sua superfície lajeada com grandes blocos calcários, e era delimitada por muros laterais bem construídos, apresentando ainda 5.20m de largura e 20m de comprimento (Figura 2).

Este tipo de construção encontra bons paralelos em diversos troços de estradas romanas na Península Ibérica assim como um pouco por todo o Império (Mantas, 1996, Moreno Gallo, 2004).

Em relação à largura do tabuleiro da via, 5.20m, os paralelos conhecidos permitem estabelecer que esta varia segundo a importância da mesma (Adam, 1996, pág. 303), não existindo medidas estandardizadas. Um aspeto a reter face as dimensões apresentadas, é a de estar-mos claramente, perante uma via principal, autorizando face á sua largura, o cruzamento de veículos de rodados.

A secção de estrada, aqui identificada, pertencia na antiguidade clássica a um dos principais eixos de comunicação terrestre do extremo ocidente peninsular. Através das referências no Itinerário de Antonino, podemos afirmar que estamos perante um troço comum, em dois dos percursos viários mais relevantes da antiga província da Lusitânia que saíam da grande cidade portuária da foz do Tejo, *Felicitas Iulia Olisipo*. O que ligava ao noroeste peninsular à cidade de *Bracara Augusta*, e o que conduzia à capital provincial *Emerita Augusta*, passando os dois pela Colónia e capital Conventual *Scallabis* (Alarcão, 1988, Mantas, 1996).

A presença física desta ligação privilegiada, materializada no terreno, pela existência da estrada romana, dos marcos miliários e das estações de muda, fez com que desde cedo a margem direita do rio Tejo nesta área fosse intensamente ocupada.

No atual concelho de Vila Franca de Xira, ainda é visível na paisagem extremamente humanizada, a interligação entre a antiga via romana, posteriormente transformada em Estrada Real, e os principais núcleos habitacionais, que vêm a erguer-se ao longo do tempo sobre este itinerário terrestre, mas sem se esquecerem do seu contacto incontornável com o rio.



Figura 1
Planta da área intervencionada com a reconstituição do troço de estrada descoberto.



Figura 3
Fotografia de pormenor das lajes da estrada.

Figura 2
Planta final da escavação.

(PÁG. SEGUINTE) ▼





Figura 4
Planta de Vila Franca de Xira com reconstituição do trajeto de estrada romana. A laranja localização do troço intervencionado arqueologicamente.

Projeto de estudo “De Olisipo a Ierabriga”

Os resultados obtidos com esta escavação e a sua relevância para o conhecimento do território, levaram o Museu Municipal a desenvolver um projeto de estudo, centrado na dinâmica de povoamento em torno das Vias.

Este projeto alicerçou-se em cinco momentos distintos mas complementares, que conduziram à realização desta Mesa Redonda.

- 1 – A sistematização da informação patrimonial que se encontrava dispersa quer na bibliografia da especialidade, quer em relatórios entregues, ao então, Instituto Português de Arqueologia.
- 2 – Com base nesta informação e na análise da cartografia, delineou-se uma campanha intensiva de prospeção sistemática do território (Pimenta e Mendes, 2007c).
- 3 – Os resultados das prospeções e a compilação da informação, foram introduzidos numa base de dados própria adquirida para o efeito – *In Patrimonium Premium*. Todos os sítios foram georeferenciados, e introduzidos no SIG Mapa interativo municipal¹.
- 4 – Estudo de coleções antigas provenientes de estações no concelho e depositadas nas reservas do Museu Municipal e em Museus da área de Lisboa.
- 5 – Por último com base na informação recolhida, delineou-se a intenção de desenvolver escavações arqueológicas em sítios predefinidos e com um quadro de indagações prévias a solucionar.

Os dados disponíveis: Época Romana

Ao debruçarmo-nos sobre a leitura do povoamento antigo, ao longo de um território tão vasto e diversificado, como o percorrido pela via entre *Olisipo* e *Scallabis*, estávamos e estamos, conscientes das vicissitudes que um projeto desta natureza comporta.



Figura 5
Carta Militar 1:25.000
com a localização
dos sítios romanos
do concelho de Vila
Franca de Xira a azul e
a vermelho o traçado
da Via Romana.

A primeira dessas vicissitudes, que realmente não estávamos a contar, é a escassez de informação e a variabilidade da sua qualidade, entenda-se, mesmo nas áreas em que existe uma maior riqueza de sítios cartografados, estes normalmente resumem-se a materiais descontextualizados e a recolhas antigas. A ausência de investigações programadas é assustadora, em particular, para áreas com uma tão grande riqueza, como os férteis terrenos de lezíria em torno da Colónia de *Scallabis*.

Face a esta situação e por uma questão prática a nível de investigação, restringimos de momento a análise, ao estudo do povoamento romano do território do atual município de Vila Franca de Xira. Ainda que esta circunscrição administrativa, não tenha qualquer equivalente em época romana, todo este vasto território, que se espria pelas duas margens do Tejo desde o Vale do Rio Trancão até ao Vale do Rio Grande da Pipa, integrava-se em época clássica na *Civitas* de *Olisipo* (Alarcão, 1989). Correspondendo aproximadamente o limite norte do concelho, à área onde é mais consensual estabelecer a fronteira entre a *Civitas* de *Olisipo* e *Scallabis* (Alarcão, 1990).

Ao encetarmos este projeto, tivemos como ponto de partida, o excelente trabalho de inventário e primeiro esboço da carta arqueológica desenvolvida nos anos oitenta pelo Dr. Rui Parreira (1985, 1986, 1986^a, 1987-88, 1987-88a e 1990), assim como, o ponto de situação, efetuado sobre a ocupação romana na área de Vila Franca de Xira, realizado pela Dr.^a Clara Camacho, Dr.^a Cristina Calais e Dr.^a Graça Nunes (1996).

Apesar de estarmos perante um território já prospetado, e alvo de investigações programadas de qualidade, como as efetuadas pela Dr.^a Cristina Calais (Calais, 1993-94; 1995-97), os resultados dos trabalhos de prospeção intensiva, efetuados à luz do corrente projeto permitiram resultados inesperados.

Ainda que estando numa fase embrionária da investigação, e tendo que lidar com dados de recolhas de superfície, os resultados já obtidos permitem, tecer algumas breves considerações e hipóteses de trabalho.

Por uma questão de coerência e de limite de espaço, entre as duas dezenas de novas estações identificadas, apenas iremos apresentar aqui os sítios mais significativos e que se prendem de uma forma mais direta com o traçado da via. Passamos assim a apresentar os novos dados ordenando-os por uma questão de lógica interna de norte para sul, ou de *Olisipo* à estação viária de *Ierabriga*.

O vale de Vialonga – Morgado

Partindo da cidade romana de *Olisipo*, são conhecidos dois ramais viários tidos como mais relevantes. Um primeiro, sairia pela Porta medieval de São Pedro de Alfama, vindo por Xabregas e Portela, galgando o Rio Trancão em Sacavém e seguindo paralelo ao Rio Tejo pela Póvoa de Santa Iria em direção a Alverca.

Precisamente na Póvoa de Santa Iria são conhecidos diversos vestígios romanos nunca devidamente investigados, na Quinta de Santo António de Bolonha, assim como uma importante epigrafe funerária descoberta fora de contexto (Almeida, 1972). Os trabalhos de prospeção lograram identificar o sítio como uma possível *Villa*, com uma longa diacronia de ocupação desde meados do século I a V d.C.

O outro ramal viário partia pelo lado norte da cidade de *Olisipo*, seguindo pelos campos de Alvalade, descia pela Calçada de Carriche, atravessava o vale de Loures, onde como se

pode ver no corrente volume, se tem vindo a identificar uma relevante ocupação de época romana. Da zona de Loures a via contorna a bacia flandriana do rio Trancão indo pela zona de São Julião do Tojal em direção a Vialonga (Saa, 1959, p. 35-36, Mantas, 1996 e 1999).

Referências antigas apontavam para a existência de uma estação romana algures na freguesia de Vialonga (Parreira, 1985, p. 115 e 119). Existindo mesmo, uma alusão à descoberta de um mosaico, certamente de alguma relevância visto o Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, o Dr. Manuel Heleno ter sido “designado oficialmente para examinar (...)” (Machado, 1964).

Tendo presente, estas referências, partiu-se para o terreno com o objetivo de localizar esta estação. A menção à recolha de uma moeda romana do Imperador Trajano na povoação de Morgado (Parreira, 1985, p. 115), levou-nos a concentrar aí as investigações.

Ao deslocarmo-nos ao local, detetámos num terreno sobranceiro à Rua Coronel Lopo da Costa, antiga estrada real, diversos fragmentos de ânforas, *tegulae* e *imbrices* algo fragmentadas, assim como tesselas. Os trabalhos de prospeção intensiva que podemos efetuar, permitiram cartografar uma imensa dispersão de vestígios à superfície que se estende por toda a colina sobre a antiga estrada medieval, possivelmente sucessora da via romana. Esta estação ocupa uma área de mais de 8 hectares, encontrando-se delimitada a norte pela ribeira de Morgado e a sul por um vale de pendente suave em direção à ribeira de Alpriate.

A profusão de placas de mármore de revestimento, dispersas pelo terreno e reutilizadas em muros agrícolas, aliado aos numerosos indícios da existência de pavimentos musivos, leva-nos a supor estarmos perante uma *Villa* com bastante relevância. A sua implantação na paisagem e a concentração de materiais permite pressupor, que o edifício da parte urbana da *Villa* estará situado no topo da colina, desenvolvendo-se as restantes componentes pela encosta. Estaríamos assim perante um sítio com uma forte presença na paisagem, e com uma grande visibilidade para o vale de Loures e vale do rio Trancão.

A riqueza desta estação transparece igualmente na análise do espólio recolhido. As importações são abundantes e apontam uma cronologia de meados do século I a IV d.C. Resta-nos sublinhar a invulgar abundância de materiais anfóricos, nomeadamente dos contentores de produção lusitana do tipo Dressel 14 e Lusitana 3, assim como, de ânforas oleícolas da *Baetica* do tipo Dressel 20. Esta exuberância, deixa transparecer o dinamismo económico desta estação, e coloca em aberto a ligação que este sítio teria com o Rio Tejo, certamente através da navegação do Rio Trancão.

O *deverticulum* viário de Alverca

Os dois itinerários, mencionados, uniam-se nas imediações da antiga vila e sede de concelho medieval, de Alverca do Ribatejo. A passagem da via romana encontra-se aqui bem atestada, pela descoberta de um marco miliário de época tardia indicando a milha XXIII, contada a partir de Lisboa (CIL II 4632), (Mantas, 1996).

Esta importante inscrição, encontrava-se em meados do século XVII, no “açougue da dita vila (...)” (Gasco, 1924, p. 271), tendo então sido interpretado por António Coelho Gasco como um monumento ao Imperador Constante (337/350 d.C.). No âmbito da compilação do *Corpus Inscription Latinarum*, Emílio Hubner, interpreta-o corretamente como um marco miliário.

Perante a cronologia que este monumento apresenta, devemos estar perante uma reparação tardia da estrada romana, bem atestada igualmente pelos miliários descobertos em Lisboa, na escavação da Casa dos Bicos (Imperador Probo – 276/282 d.C.); no Convento de Chelas (Imperador Magnêncio – 350/353) (Mantas, 1996), e mais recentemente em Loures (Imperador Licínio – 308/324)

O morro onde se veio a erguer o antigo castelo e burgo medieval de Alverca, apresenta uma implantação estratégica sobre a antiga via, e um amplo domínio visual sobre a antiga foz do rio Crós Cós e o Rio da Silveira no seu sopé. Esta localização privilegiada, associada a condições naturais de defesa em duas das suas vertentes, fez com que este local fosse ocupado desde a Idade do Bronze Final.

Os recentes trabalhos de arqueologia em meio urbano aqui desenvolvidos pelo Museu Municipal, permitem afirmar que o morro do castelo, volta a ser ocupado em época romana republicana, mais precisamente em meados do século II a.C. no âmbito do processo de conquista e solidificação do poder de Roma no extremo poente peninsular (Pimenta, 2005).

Qual o significado desta ocupação, ainda não é claro, apesar da descoberta de diversas ânforas deste período no rio Tejo nas imediações de Alverca, nos levarem a sublinhar o seu papel enquanto ancoradouro natural (Quaresma, 2005).

A presença de cerâmica campaniense e ânforas vinárias do tipo greco-italico configura uma precoce ocupação, com fortes contactos com o mundo romano (Pimenta e Mendes, 2007d). Terá o planalto do castelo, assumido um papel de “fortim” nesta fase precoce da romanização do estuário do Tejo, tirando partido da posição de excelência deste morro, implantado sobre o ancoradouro e a via natural de penetração paralela a este?

A informação com que podemos lidar, aumenta consideravelmente a partir de Augusto, permitindo começar a antever, a presença de uma importante e extensa comunidade humana, para a qual de momento, não conseguimos definir qual a real dimensão e categoria administrativa.

Apesar dos trabalhos arqueológicos, ainda serem escassos no casco antigo, as duas intervenções realizadas na área do Castelo, verdadeira “cidadela” do povoado, levam-nos a supor a eventual existência de edifícios de alguma relevância, com pavimentos musivos e revestimentos marmoreados (Parreira, 1987/88 e Pimenta e Mendes, 2007a).

A escavação da antiga Casa da Câmara, na parte baixa do povoado, revelou a existência de vestígios de estruturas habitacionais, e atestou de uma forma clara, a contínua ocupação romana de Alverca.

O estudo do espólio exumado, permite-nos sublinhar a sua longa diacronia que atravessa todo o período romano, desde meados do século II a.C., até pelo menos ao século V d.C. (Pimenta e Mendes, 2007d).

O despontar da indústria de preparados piscícolas do vale do Tejo, em meados do século I d.C., não deixará de ter tido um papel importante no povoado de Alverca. As condições naturais do seu porto, a riqueza piscícola do Rio Tejo nesta área estuarina, e não esquecendo a sua abundância em Sal, bem atestada pelo menos em época medieval para a zona da Póvoa de D. Martinho (atual Póvoa de Santa Iria), poderá ter conduzido à existência de indústrias de salga de peixe.

Se de momento, ainda não existem evidências de estruturas correlacionadas com esta atividade, o estudo do conjunto de ânforas do Museu de Alverca, atesta a relevante presença a partir de meados do século I d.C. dos primeiros contentores de produção local destinados à sua comercialização.

Presença Romana sob a Cidade de Vila Franca de Xira

Saindo de Alverca a estrada seguia paralela ao Tejo por Alhandra², atravessando a atual cidade de Vila Franca de Xira em direção à antiga sede de concelho de Povos.

O lugar onde se vem a erguer a Vila Franca medieval, pós conquista de Lisboa e Santarém em 1147, encontra-se diretamente correlacionado com a existência desta antiga estrada e com o seu controlo e defesa.

Os primeiros indícios sobre a presença romana, na atual cidade de Vila Franca de Xira, datam de finais do século XIX, quando na área da Quinta do Borrecho foram detetadas “Ruínas de edifícios e tijolos” (Parreira, 1987-88a, p. 103). Apesar desta referência, ainda não foi possível confirmar a veracidade destes testemunhos, nem qual a sua real cronologia.

O despontar da arqueologia preventiva no núcleo histórico da cidade, permitiu trazer recentemente à coação novos elementos, atestando uma significativa ocupação de época romana a Sul da ribeira de Santa Sofia (Pimenta e Mendes, 2006 e 2007).

A área onde têm vindo a ser detetados os vestígios de época romana, corresponde a uma extensa zona aplanada, situada, entre o sopé da ampla elevação da Costa Branca, a ribeira de Santa Sofia e a estrada real. Estes terrenos estendem-se por uma área extremamente fértil e abundante em água, reunindo condições propícias à implantação humana. Do ponto de vista histórico, este espaço encontrava-se fora do primitivo casco antigo da Vila, tendo sido urbanizada apenas em inícios do século XX, no âmbito do projeto de crescimento planeado sobre uma antiga área rural, a quinta do Serrado (Lucas, 2003).

Os recentes trabalhos que temos vindo a realizar, em diversos pontos desta área da cidade, ainda que correspondam apenas a trabalhos de acompanhamento visto estarmos perante uma área muito urbanizada, permitem vislumbrar a existência de um núcleo habitacional de alguma importância.

O acompanhamento das obras de saneamento na Travessa do Mercado permitiu a observação de uma ampla área de ocupação, estendendo-se pelo menos numa área de cerca de 30 metros (Pimenta e Mendes, 2006). Posteriormente, os trabalhos desenvolvidos na Rua Luís de Camões aumentaram a informação, sendo hoje claro que estamos perante uma ocupação muito mais extensa, mais de 120 metros paralelos à antiga estrada real, sem que seja clara qual a sua real superfície.

A análise do espólio recolhido e da sequência estratigráfica detetada, atesta a presença de importações de produtos alimentares do Sul peninsular e de cerâmica fina do Norte de África, reveladoras da presença de trocas comerciais regulares e constantes ao longo dos séculos I-V d.C.

A imprevista descoberta desta nova estação, coloca algumas interrogações acerca do seu significado. Que tipo de sítio é este? Estaremos perante uma *Villa* dedicada à exploração dos férteis terrenos junto às margens do Tejo, face uma estrutura de apoio da própria via, uma *Mansio*, ou diante de algo mais³? Como sugere a nova teoria do Professor Amílcar Guerra desenvolvida neste volume.

Os novos dados recolhidos no decurso dos trabalhos de prospeção, vem acentuar a importância desta ocupação. Mais para o interior do Vale da Ribeira de Santa Sofia cartografaram-se diversos vestígios da presença romana (figura 6). Quando da construção do parque urbano de Santa Sofia, foi possível efetuar sondagens em quatro destes pontos (Pimenta e Mendes, 2007b e Mendes e Pimenta, 2008).

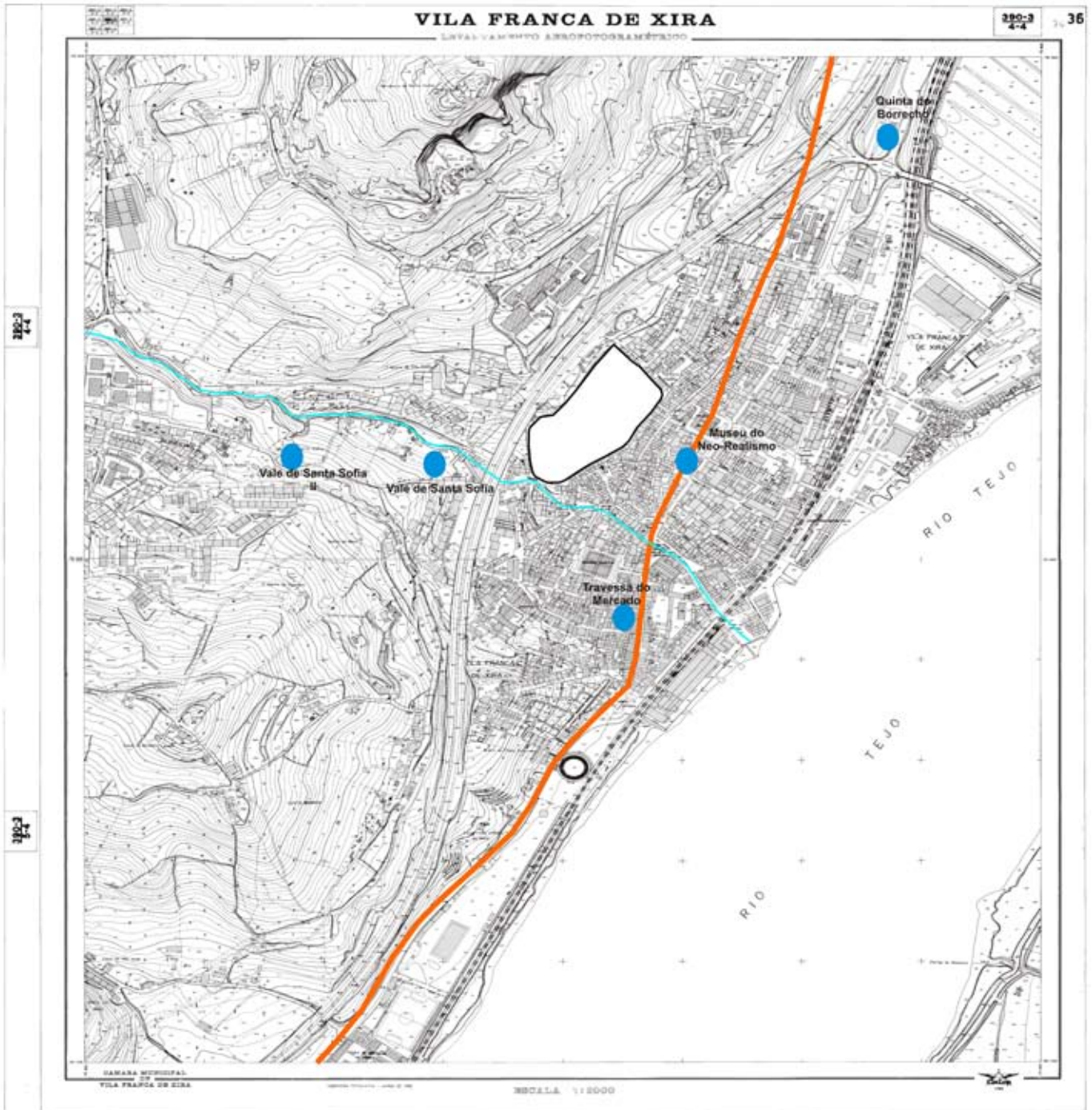


Figura 6
Planta da Cidade de Vila Franca de Xira com a localização dos sítios onde se tem vindo a identificar a presença romana. A branco o núcleo antigo da Vila Franca do século XII.

Ainda que as áreas escavadas sejam diminutas, face à opção do Museu Municipal de canalizar a investigação para o estudo do povoado Proto-histórico aí descoberto, estas permitem caracterizar e datar a ocupação.

Estamos assim, perante pequenos núcleos habitacionais, possivelmente de cariz unifamiliar, destinados à exploração agrícola e pecuária do vale ao longo do século I e II d.C. Apesar das características algo frustrantes do conjunto arquitetónico colocado a descoberto, o estudo dos materiais revela alguma opulência nos seus espólios. Essa “sumptuosidade” traduz-se na omnipresença de importações, tais como *Sigillata* Itálica, sudgálica e ânforas béticas e Lusitanas.

Ocupação romana de Povos – O sítio da escola velha. Uma *Villa*?

Na antiga povoação portuária de Povos, é conhecida uma importante ocupação de época romana, alvo de diversas campanhas de escavação no sítio da escola Velha (Parreira, 1986; Calais, 1993-94 e Guerra, Blot e Quaresma, 2000).

Face à reconhecida riqueza histórica e arqueológica do centro histórico da antiga vila de Povos, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira desenvolveu aí um projeto de estudo durante os anos oitenta, com resultados significativos que permitem conjecturar a potencialidade de informação ainda no terreno.

As escavações iniciaram-se em 1983, com a constatação da existência de ocupações antigas, na sequência da abertura de uma vala para instalação de iluminação pública (Parreira, 1986). O local foi objeto de quatro campanhas de escavação, levadas a cabo entre 1984 e 1990, tendo-se escavado seis sondagens arqueológicas num total de 70m² de área, (Calais, 1993-94).

Sob o nível de enterramentos, correlacionados com a antiga necrópole da igreja de época moderna, que aqui se ergueu outrora, identificou-se uma importante e significativa ocupação de época romana, desde meados do século I a V d.C.

Apesar da área escavada ser significativa, as estruturas colocadas a descoberto não são de todo elucidativas no que diz respeito à interpretação do tipo de sítio em questão, entenda-se, não é linear se apenas estaremos perante uma *Villa* ou face à dimensão da área ainda por escavar perante um *Vicus* portuário.

O conjunto arquitetónico mais coerente, corresponde a dois grandes compartimentos de planta retangular, possíveis armazéns, bem datados de meados do século III d.C. Sob esta construção detetou-se uma parede bem construída com uma soleira de porta, que foi interpretada como a fachada da *villa* do alto Império (Calais, 1993-94, p. 58).

O estudo dos conjuntos de artefactos aqui recolhidos, nomeadamente: as ânforas (Banha, 1991-92); a *Terra Sigillata* (Dias, 1995-97); os almofarizes (Quaresma, 1995-97); a Cerâmica de paredes finas, Lucernas, e os artefactos em osso e metal (Reis e Sepúlveda, (2003), permitem atestar o dinamismo económico do porto de Povos em época romana e acentuar a riqueza desta estação.

A esta informação, temos que adicionar os elementos proporcionados pelo trabalho em curso, de inventário sistemático do espólio arqueológico do Museu Municipal⁴. Entre as coleções ainda inéditas provenientes de Povos, destaca-se o impressionante conjunto numismático de época tardia, proveniente dos níveis de abandono da estação datados de finais do século IV inícios do V d.C.

Na antiguidade tardia o sítio parece ter sido abandonado, colocando-se a hipótese de este se ter deslocado para o sítio do Senhor da Boa Morte onde se vem a desenvolver um Castelo Islâmico, diretamente correlacionado com funções defensivas de controlo da própria estrada (Calais, 1995-97).

Castelo de Povos – O alto do Senhor da Boa Morte.

As escavações aqui desenvolvidas entre 1991 e 1995, da responsabilidade da Dr.^a Cristina Calais, permitiram caracterizar a presença Islâmica (Calais, 1995-97).

No âmbito da revisão do estudo das coleções arqueológicas, depositadas nas reservas do Museu Municipal, deparámo-nos entre o espólio de época islâmica e medieval cristã do Castelo de Povos, com a existência de materiais de cronologia mais recuada.

Ainda que estes materiais tenham sido recolhidos em contexto de deposição secundária, claramente posterior à sua cronologia, a sua presença no morro do castelo permite afirmar a existência neste espaço de uma ocupação anterior à fortificação islâmica, ocupação essa, que até à bem pouco tempo, era de todo desconhecida (Lucas, 2000).

O estudo destes materiais, permite atribuir-lhes uma cronologia romana republicana, bem balizada, entre os meados da segunda metade do século II a.C. e o I a.C.

A associação entre ânforas vinárias itálicas do tipo greco-itálico tardio, ânforas Gadi-tanas do tipo Mañá C2b, ânforas Mañá Pascual A4 tardias e fragmentos de cerâmica campaniense A, (figura 8), remetem-nos, para os contextos mais antigos da presença militar romana no vale do Tejo, com bons paralelos em Lisboa e em Chões de Alpompe (Pimenta, 2005).

A continuação da ocupação ao longo do século I a.C. encontra-se atestada por ânforas vinárias do tipo Dressel 1 de produção da costa Tirrénica da península Itálica, assim como por um fragmento de ânfora Haltern 70 de produção do vale do Guadalquivir.

Face à redescoberta e estudo destes materiais, efetuou-se uma campanha de prospeção intensiva no morro do Castelo e nas suas encostas. Estes trabalhos lograram identificar diversas plataformas com ocupação de cariz habitacional islâmica ao longo do monte, assim como, evidências estruturais da presença de outra linha defensiva, possivelmente medieval.

Da fase mais antiga agora entrevista, foi possível recolher fragmentos de ânforas e cerâmicas comuns que levam a supor uma relevante ocupação desta época.

A presença romana republicana no Castelo de Povos, numa área aparentemente desocupada até então, leva-nos a problematizar o seu significado. A sua cronologia, associada à posição de domínio sobre a área portuária e a via natural de circulação, leva-nos a conje-

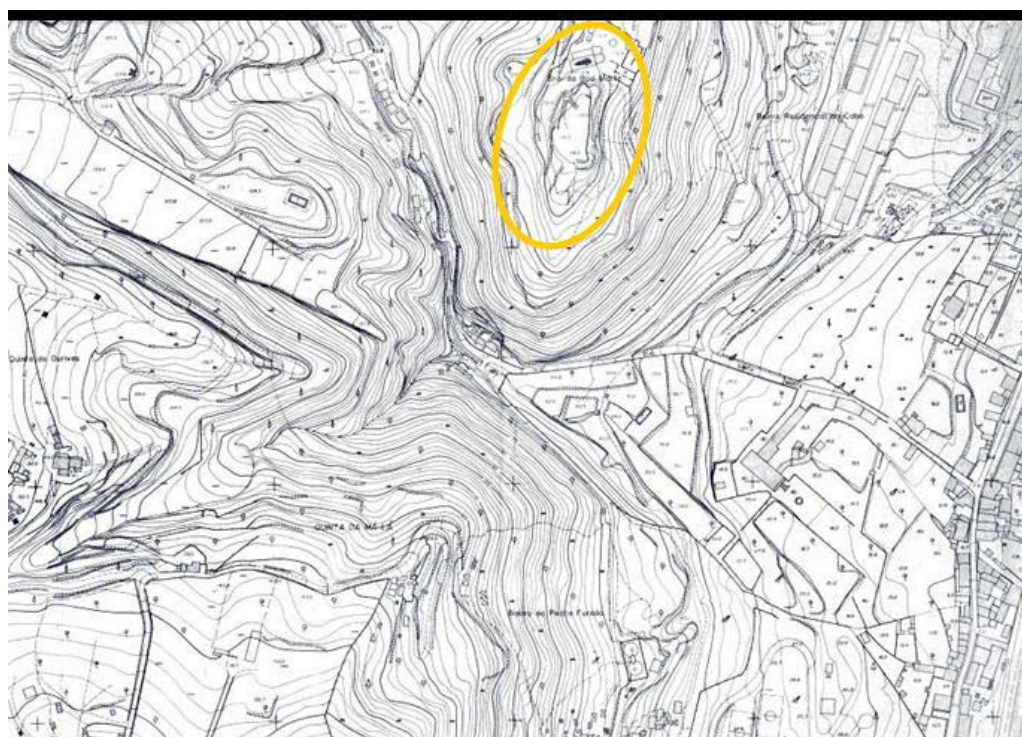


Figura 7
Planta topográfica do morro do castelo de Povos.



1



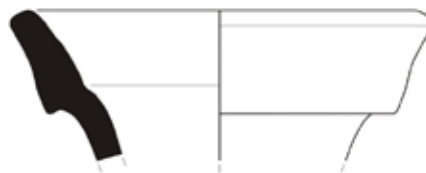
3



4



5



6



Figura 8
Materiais de época
romana republicana
do castelo de Povos

turar duas hipóteses: A) Podermos estar perante um povoado fundado nestes momentos de instabilidade, e que recebe fortes influências dos inícios da presença romana no vale do Tejo. B) Perante uma ocupação de cariz militar itálica, que aproveitaria a sua posição natural para instalar um ponto de defesa do território.

De qualquer modo este povoado fortificado, tiraria partido da defensibilidade natural do sítio, e da sua ampla visibilidade, assumindo-se como um elemento de controlo territorial bem evidenciado na paisagem Tagana.

Podíamos assim ver nesta primeira ocupação, a génese do aglomerado populacional que a partir do século I d.C. se vem a desenvolver no seu sopé.

O povoado fortificado do Monte dos Castelinhos.

De Povos a estrada seguia junto à borda de água atravessando a área onde hoje se ergue a povoação de Castanheira do Ribatejo. Nesta localidade é conhecido um importante e ímpar sarcófago romano de mármore (Souza, 1990).

Recentemente, efetuaram-se escavações na área do Bairro Gulbenkian, tendo-se confirmado a já intuída presença de uma proeminente *Villa* no local, com uma lata cronologia desde meados do século I a VI d.C. (Monteiro, Batalha e Cardoso, 2008).

A via seguia em direção ao antigo esteiro da Marinha ou Meirinha, atual Vala do Carregado onde se situa os limites administrativos do concelho de Vila Franca de Xira com Alenquer. Este curso de água, composto pela foz do Rio Grande da Pipa e pelo esteiro do rio Tejo, encontra-se hoje muito assoreado e encanado pela construção da Vala do Carregado. Porém, em época medieval, apresentava ainda uma ampla navegabilidade, o que leva a supor, que a sua travessia seria um forte obstáculo em época antiga.

Várias propostas têm vindo a ser apresentadas para a sua travessia em direção a Alenquer (*Ierabriga?*) e a *Scallabis* (Santarém) (ver Mantas, 1996). A mais consensual é a de que este curso de água seria atravessado na área onde hoje se ergue a ponte de origem medieval da Couraça (Mantas, 2000).

A proeminência de sítios arqueológicos de época romana em torno desta travessia, quer de um lado quer do outro da margem, não deixa grandes dúvidas acerca da presença de uma ponte em época romana neste ponto.

Entre estas estações, sobressaiu desde um primeiro momento na nossa análise, o sítio do Monte dos Castelinhos. Este vasto habitat fortificado com cerca de 10 hectares, desenvolve-se num extenso monte sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, precisamente sobre a zona de travessia pela ponte da Couraça. (FIG. 9)

Sendo conhecidas desde há mais de cem anos referências à existência de ocupações antigas, estas nunca foram devidamente investigadas resumindo-se a alguns achados isolados (Gomes e Ponte, 1984 e Parreira, 1990).

Entre abril e maio de 2007, no âmbito do Projeto: «Conhecer o património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel» Inventariação, Digitalização e Divulgação do Património Arqueológico, efetuou-se um pedido de autorização ao IPA, para a realização de trabalhos de prospeção e monitorização das estações arqueológicas do concelho de Vila Franca de Xira.

Os trabalhos efetuados no povoado do Monte dos Castelinhos, permitiram revelar, dispersos pelo terreno, inúmeros vestígios das antigas ocupações humanas aqui existentes.

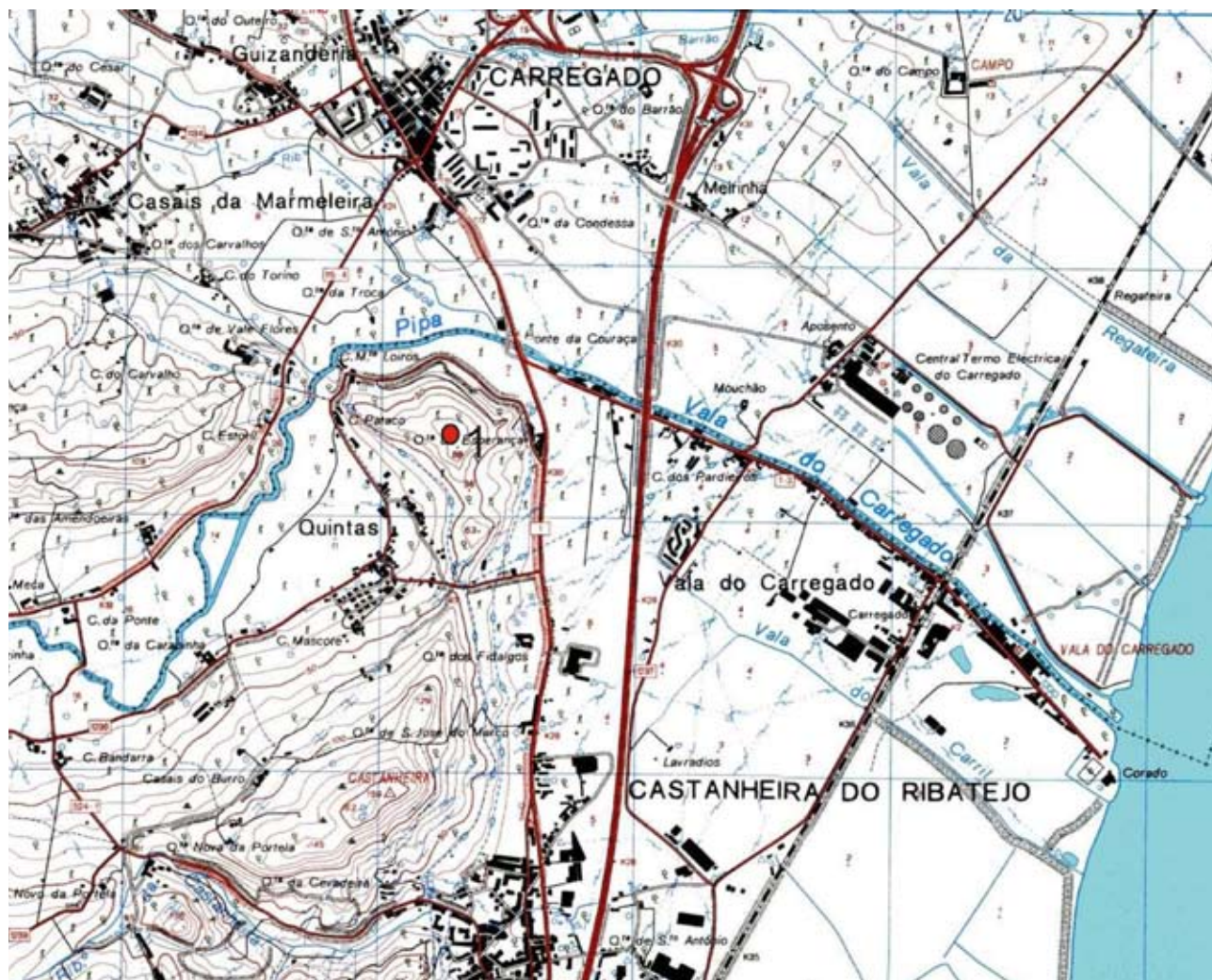


Figura 9
Localização do Monte dos Castelinhos na Carta Militar de Vila Franca de Xira, 1: 25.000.

Entre os materiais recolhidos destaca-se os fragmentos de cerâmicas finas (campanienses) e ânforas vinárias importadas da península Itálica em meados do Século II/I a.C., assim como, diverso espólio cerâmico atestando uma ocupação de época romana alto Imperial (Pimenta e Mendes, 2007c).

Perante os resultados da prospeção, ficou patente a importância que o Monte dos Castelinhos parece ter tido desde época romana republicana a meados do século I d.C. A complexidade do seu sistema defensivo, atestado pela presença de duas linhas de muralhas e taludes defensivos, a sua implantação estratégica sobre a estrada romana, assim como a sua proximidade com a localização da *Ierabriga* das fontes clássicas, levam a que este sítio se destaque enquanto estação arqueológica paradigmática para o estudo do processo de romanização do vale do Tejo (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

Tendo presente esta leitura, o Museu Municipal desenvolveu um projeto de estudo para o local, desenvolvido como PNTA. Em 2008 efetuou-se a primeira campanha de escavações arqueológicas que deixa pressentir as potencialidades do sítio. As quatro sondagens, efetuadas, em distintas áreas do povoado, permitiram verificar estados de conservação desiguais a nível do subsolo, fruto das diferentes utilizações agrícolas do espaço.

A análise da estratigrafia é muito coerente, sendo claro a existência de diferentes momentos na vida do sítio.

A primeira fase de ocupação do morro, detetada em escavação, corresponde à época romana republicana, em concreto a inícios da segunda metade do século I a.C. Assiste-se então, à construção de raiz e num espaço até então desabitado, de um conjunto arquitetónico regular traduzindo um urbanismo de matriz ortogonal.

O esforço para implantação deste urbanismo é assinalável, visto estarmos perante uma área de encosta com forte pendente. Para vencer este desnível, os diversos compartimentos foram construídos em socalcos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito. A nível dos arruamentos, julgamos ter detetado uma possível área de rua, calçada, organizada em patamares com degraus para vencer a íngreme encosta.

A segunda fase corresponde ao momento de abandono. O estudo do espólio exumado, nos diversos níveis de “destruição” identificados nos ambientes 1 a 5, permitem afirmar que este setor do povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado.

Esta aceção assenta na observação do índice de fragmentação das peças arqueológicas, que evidenciam fraturas bruscas e helicoidais, encontrando-se muitas delas quebradas em conexão.

Em consonância com este cenário de destruição, foi detetado na escavação da UE [18], no ambiente 1, um invulgar elemento de equipamento militar itálico. Trata-se de diversos elementos em ferro pertencentes a um *scutum*. A parte melhor preservada corresponde à parte central do escudo, o *umbo* com os respetivos rebites metálicos ainda preservados. A forma como esta peça foi identificada e a articulação funcional que os diversos elementos recolhidos evidenciavam no terreno, permite-nos supor que o escudo terá sido abandonado completo nos níveis de destruição deste compartimento, tendo porém, como é óbvio, apenas chegado até nós as partes metálicas e perenes do mesmo (figura 11).

O estudo das cerâmicas recolhidas nestes níveis, cerâmica campaniense, ânforas, paredes finas e cerâmica comum, leva-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais.

A associação entre as formas de Campaniense B, F. 2300 e F. 7500 (Lamb. 1 e 3) (Morel, 1981), leva a que nos pareça evidente estar perante um conjunto de produções, enquadrado *grosso modo* na primeira metade do século I a.C.

O estudo das ânforas presentes nos níveis de abandono, permitem-nos conformar esta cronologia, os contentores de produtos alimentares são maioritariamente da vizinha província da *Baetica*, nomeadamente as formas tardo-republicanas das Haltern 70, Dressel 7/11 e Classe 67, já não se encontrando presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, tão características dos contextos republicanos da primeira metade do século I a.C. (Fabião, 1989).

Perante a inexistência de *Sigillata* Itálica, e face ao estudo da campaniense e das ânforas, torna-se plausível uma ocupação/abandono centrada em meados da segunda metade do século I a.C.

Estas correlações de materiais encontram bons paralelos em contextos do século I a.C. em sítios de cariz militar, como o acampamento romano da Lomba do Canho em Arganil (Fabião, 1989), a alcáçova de Santarém (*O Praesidium Iulium* de César ver Arruda e Almeida, 2000) e Povoados como a Mesa dos Castelinhos – Almodôvar (Fabião, 1998) e o Pedrão – Setúbal, (Soares e Silva, 1973).

A terceira fase está atestada em todas as leituras efetuadas, e equivale a um momento já de abandono e erosão deste setor do povoado. A presença de fragmentos de *Terra Sigillata*

itálica, ainda sem que seja possível reconstituir formalmente nenhuma peça, aponta para uma cronologia de meados do século I d.C.

Esta leitura é particularmente interessante, pois indica-nos que o povoado, pelo menos em alguns setores, terá continuado a existir durante o século I d.C. De facto, em prospeção efetuada pelos signatários, e no estudo da coleção aqui recolhida pelo colega José Norton, já tinham sido detetadas algumas *Sigillatas*, que apontavam, numa continuidade até pelo menos aos Flávios.

A construção aparentemente de raiz, *Ex nihilo*, de um sítio desta dimensão, em meados do século I a.C., e a sua brusca destruição apenas alguns anos depois levanta uma série de questões que se prendem com a interpretação da sua funcionalidade e relevância.

Aliado a este facto, a presença de muralhas, taludes defensivos e a descoberta de equipamento militar Itálico nos níveis de destruição do povoado, é tentador, tentar ver neste arqueossítio uma instalação de cariz militar correlacionada com algum dos episódios hispânicos das guerras civis ao longo século I a.C.

Tendo em conta a cronologia dos contextos de abandono do sítio, é plausível como hipótese de trabalho, tentar associar este povoado fortificado com o período de grande instabilidade que se viveu no vale do Tejo nos finais do século I a.C., em consequência dos conflitos entre César e os partidários de Pompeio.

Num raio de apenas escassos quilómetros do Monte dos Castelinhos, são conhecidos, o impressionante tesouro de Santana da Carnota, datado da época das Guerras Sertorianas (Viegas e Parreira, 1984) e o tesouro do Pinhal do Alvarinho – Alenquer (Ruivo, 2005). Infelizmente não é clara a datação deste último entesouramento, sabendo-se apenas que teriam sido encontrados cerca de 1000 denários republicanos, encontrados no interior de um vaso de prata com a inscrição SVCNIN(US) ASED I F(ILIIUS). Hipólito Cabaço ainda terá visto três moedas, tendo-as atribuído a 125 a.C. nada se sabendo do resto do conjunto, a prudência aconselha a que este tesouro seja incluído entre os finais do século II a.C. e os inícios do I a.C. (Ruivo, 2005, p. 138)

Ao tentarmos compreender a lógica de um povoado desta natureza, e que face às prospeções já efetuadas parece ter cerca de 10 hectares de extensão, sobressai a sua implantação privilegiada de verdadeiro domínio sobre a estrada romana de *Olisipo a Scallabis* (Pimenta e Mendes, 2007).

Poderíamos assim, estar em época romana republicana perante um sítio de cariz militar dominando uma área portuária e de travessia, da mais importante via terrestre do extremo ocidente?

Qual a importância que este sítio vem a assumir com a reorganização política e administrativa da província da Lusitânia é algo que de momento nos escapa, porém não deixa de ser pertinente a referência do Professor Jorge de Alarcão (1990) à localização da fronteira do território Olisiponense nesta zona.

Face a esta leitura não podemos deixar de abordar uma questão mais transversal a este trabalho e que se prende com uma discussão que nos transcende, correlacionada com questões mais gerais de geografia histórica, a localização do sítio referido no Itinerário Antonino – *Ierabriga*.

Esta estação viária, hoje em dia, tida consensualmente como localizada sobre o sítio de Paredes e Sete Pedras (Mantas, 1996), encontra-se a nosso ver longe de estar categoricamente confirmada, como se viu no debate que se seguiu à mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*.

A continuidade, pelo menos, de alguns setores do Monte dos Castelinhos durante o século I d.C. e o seu completo abandono em inícios do período Flaviano, deixa uma série de questões em aberto sobre o que sucede a este sítio. (FIGS. 10, 11, 12, E 13)



Figura 10
Vista geral do final dos trabalhos na Sondagem 4 do Monte dos Castelinhos.



Figura 11
Pormenor dos elementos metálicos do escudo na altura da sua descoberta.



Figura 12
Pormenor do
compartimento, onde
se identificou
o escudo.



Figura 13
Grande recipiente
de armazenamento
fraturado *in situ* no
nível de destruição
do povoado.

De Monte dos Castelinhos a Paredes...

Apesar do abandono do povoado do Monte dos Castelinhos nesta fase, no seu sopé na área da Quinta da Marquesa e nos campos do Monte dos Loios, os trabalhos de prospeção lograram identificar uma significativa ocupação de época romana tardia.

O estudo dos materiais, então recolhidos, permite supor a existência de uma ocupação na área de várzea do Monte dos Loios, possivelmente correlacionada com a existência de uma *Villa* e de uma necrópole na área da Quinta da Marquesa.

Aqui assistimos a uma longa diacronia que se estende desde meados do século I d.C. ao VI d.C. com uma especial incidência de materiais de época tardia.

Será esta estação no sopé a continuação do povoado do Monte dos Castelinhos, que face à importância desta travessia se terá desenvolvido junto à estrada, possivelmente com estruturas de apoio aos viajantes?

Como elemento de ponderação para a compreensão destas problemáticas, é proveitoso a análise da viação antiga nesta zona, em particular os caminhos antigos que da ponte da Couraça conduzem a Alenquer.

Figura 14
Reconstituição do traçado da estrada romana entre o Monte dos Castelinhos e o sítio de Paredes (Alenquer) na *Carta Militar* 1: 25.000.



Hoje em dia conservam-se três caminhos mais ou menos paralelos, com o mesmo destino, fruto da evolução urbana ao longo do tempo, (Mantas, 1996). O que nos parece o mais próximo da via romana, parte da Ponte da Couraça através de campos agrícolas e atravessa o núcleo antigo da *Vila Vêtera* de Paredes (Mantas, 1996, p. 753).

De Monte dos Castelinhos a Paredes, através deste trajeto, dista pouco mais do que quatro quilómetros, ou seja, cerca de meia hora de distância a pé. Tendo-se ainda hoje a partir de Castelinhos um amplo domínio visual de todo este percurso.

Se Paredes for *Ierabriga*, estas observações associadas aos novos dados recentemente aferidos acerca do povoamento antigo desta área, permitem-nos trazer à coação uma nova teoria. Desde cedo, foi apontado em relação a esta localização, que Paredes é um sítio plano, e que *Ierabriga* tem o sufixo – *briga*, sítio alto fortificado.

Tendo por base esta questão linguística, foi mesmo sugerido que este sítio romano teria substituído o *oppidum* indígena, localizado sob o morro do Castelo de Alenquer (Mantas, 1996, p. 577). Ainda que, tanto quanto se saiba, até ao momento nada se identificou relativo a uma ocupação da Idade do Ferro no casco antigo de Alenquer.

Face aos recentes dados proporcionados pelo projeto que estamos a desenvolver no sítio do Monte dos Castelinhos, julgamos ser pertinente alvitrar que este povoado fortificado poderá corresponder à primitiva localização de *Ierabriga*.

Perante a sua implantação na paisagem e as evidências bem atestadas de estruturas defensivas, estaríamos perante uma localização adequada de um local com o sufixo *briga*.

Poderia assim, ter existido uma mudança em meados do século I d.C. da localização do antigo povoado fortificado de *Ierabriga*, para uma nova implantação na planície, na área de Paredes, onde a abundância de água facilitaria a construção dos novos equipamentos que o gosto de influência itálica requeria.

Considerações finais

Ainda que estejamos numa fase inicial deste projeto, os primeiros resultados quer da prospeção, quer do início da escavação do sítio do Monte dos Castelinhos são francamente animadores.

Uma constante na análise do povoamento antigo é a importância das vias de comunicação e da interdependência dos sítios com o rio Tejo. A Via romana entre *Olisipo* e *Scallabis* assume-se assim, desde cedo, como elemento aglutinante e estruturador de povoamento em toda a região.

Os recentes trabalhos de prospeção, efetuados pela equipa do Museu Municipal, começam a permitir entrever uma significativa ocupação destes territórios ribeirinhos desde época romana republicana.

Nesta fase, assiste-se ao abandono de alguns povoados agrícolas pré-existent⁵, e há clara opção por uma distinta implantação na paisagem, com um evidente objetivo de controlo da via terrestre e de algumas áreas de cariz portuário. Não é ainda claro qual o significado desta alteração da estratégia de povoamento, sendo tentador ver neste fenómeno o impacto do período de instabilidade política e militar que se viveu no vale do Tejo ao longo dos primeiros dois séculos de presença romana.

A inserção deste território na *Civitas* de *Olisipo* conduz através da reorganização do território e parcelamento dos férteis campos do rio Tejo a uma nova lógica de aproveita-

mento agrário. Este fenómeno encontra-se plasmado na abundância de *Villae* de grande dimensão, situadas nos vales de linhas de água subsidiárias do Tejo e que assentariam a sua economia na exploração das férteis várzeas de Vila Franca.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J. P. (1996)** – *La Construcción Romana, Materiales y técnicas*. Editorial de los Oficios. Leon. Espanha.
- ALARCÃO, J. (1988)** – *O domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América. Mem Martins.
- ALARCÃO, J. (1990)** – O domínio Romano» In *Nova História de Portugal*. Dirigida por Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques. Lisboa. Editorial Presença, p. 342-441.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1971)** – Incrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, In *25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Batista. Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira, p. 151-152.
- ARRUDA, A. M. e ALMEIDA, R. R. (2000)** – Importação e consumo de vinho Bético na colónia romana de *Scallabis* (Santarém, Portugal) In *Atas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano. Vol. 2. Écija. Editorial Graficas Sol, p. 703-715.
- BANHA, C. (1991-92)** – As ânforas da *Villa Romana de Povos*. In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 50-90.
- CALAIS, C. (1993-94)** – Povos (Escola-Velha) – Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo (1990). In: *Boletim Cultural*, CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 6, p. 50-62.
- CALAIS, C. (1995-97)** – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 47-74.
- CAMACHO, C. (1994)** – A região de Vila Franca de Xira no tempo dos Descobrimentos In *Histórias do Tejo*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 25-41.
- CAMACHO, C.; CALAIS, C.; NUNES, G. (1996)** – A presença romana no concelho de Vila Franca de Xira: Investigar, divulgar e animar. In *Atas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, p. 179-191.
- CATARINO, H. (2000)** – O Castelo de Povos (Apontamentos sobre o período Islâmico em Vila Franca de Xira). *Vila Franca de Xira. Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-51.
- DIAS, L. F. (1995-97)** – Terra Sigillata da *Villa Romana de Povos* (Vila Franca de Xira). In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 16-24.
- DIOGO, A. M. D. (1987-88)** – Notícias de dois vestígios romanos do concelho de Vila Franca de Xira. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3, p. 95-105.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2004)** – Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação In *Figlinae Baeticae. Talleres, alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana. British Archaeological Reports International Series*. 1266, p. 379-410.
- GASCO, A. C. (1924)** – *Primeira parte das antiguidades da muy noble cidade de Lisboa Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GOMES, J. J. F.; PONTE, S. (1984)** – Três bronzes romanos da região de Alenquer. *Conímbriga*. XXIII, p. 97-101.
- GUERRA, A. (1995-97)** – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 155-165.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000)** – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 29-42.
- LUCAS, M. M. (2000)** – Para uma arqueologia da paisagem – O Alto do Senhor da Boa Morte, um espaço vivido. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-27.
- LUCAS, M. M. (2003)** – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.

- MANTAS, V. G. (1996)** – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Policopiado.
- MANTAS, V. G. (1999)** – Vias Romanas do Concelho de Loures *In Catálogo da Exposição – Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*. Museu Municipal de Loures. Câmara Municipal de Loures, p. 17-28.
- MANTAS, V. G. (2000)** – A rede viária romana e Medieval da região de Torres Vedras. *In Atas de História Medieval Turres Veteras I*. Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 11-24.
- MENDES, H. e PIMENTA, J. (2008)** – O Povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 145-151.
- MENDES, H. e PIMENTA, J. (2008a)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scallabis* em Vila Franca de Xira. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 163-169.
- MONTEIRO, M., BATALHA, L. e CARDOSO, G. (2008)** – A Villa Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 153-161.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MORENO GALLO, I. (2004)** – *Vias romanas: ingeniería y técnica constructiva*. Madrid. Ministerio de Fomento Dirección General de Carreteras.
- PARREIRA, R. (1985)** – Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 403-8. *In Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. 1, p.107-120.
- PARREIRA, R. (1986)** – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 2, p.101-110.
- PARREIRA, R. (1986a)** – Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 404-1. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 2, p.73-81.
- PARREIRA, R. (1987-88)** – Intervenção arqueológica no centro histórico de Alverca do Ribatejo, 1986. Relatório sucinto dos trabalhos realizados. *In Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 3, p. 89-94.
- PARREIRA, R. (1987-88a)** – Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6. *In Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 3, p. 96-105.
- PARREIRA, R. (1990)** – Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 4, p.77-91.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2006)** – Ocupação romana no subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 14. Adenda eletrónica VI, p. 1-6.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007a)** – Evidências de ocupação romana no morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série 15. Adenda eletrónica XI, p. 1-6.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007b)** – Novos dados sobre a Presença Fenícia no Vale do Tejo a escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. II Série. N.º 15, p. 160.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007c)** – *Relatório de Prospecções Arqueológicas no Âmbito do Projeto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira”*. Município de Vila Franca de Xira. Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007d)** – A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *In Catálogo da exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 53-70.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*, II Série. N.º 16, p. 26-37.
- QUARESMA, J. C. (1995-97)** – Os almofarizes romanos de Povos (Vila Franca de Xira) no contexto do território atualmente português. *Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 7, p. 25-45.
- QUARESMA, J. C. (2005)** – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Volume 8. Número 2, p. 403-428.
- REIS, M. P. e SEPÚLVEDA, E. (2003)** – A propósito da “Villa” romana de Povos. Estruturas, materiais e problemáticas arqueológicas. *In Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 117-128.

- RUIVO, J. (2005)** – A Presença romana na região Oeste na perspetiva dos tesouros monetários. *In Atas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Museu Municipal do Bombarral, p. 135-147.
- SAA, Mário de (1959)** – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo 2.
- SAA, Mário de (1967)** – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo 6. As Vias imperiais de Lisboa a Mérida. Revisão e conclusão.
- SOARES, J. E SILVA, C. T. da. (1973)** – Ocupação do período Proto-Romano do Pedrão (Setúbal). *In Atas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Volume 1, p. 245-305.
- SOUZA, V. de (1990)** – *Corpus Signorum Imperii Romani: Portugal (CSIR)*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras/ Association Internationale d'archéologie Classique.
- VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R. (1984)** – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.

NOTAS

- ¹ Esta informação está disponível na internet em: <http://sigcm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=PATRIMONIOCULTURAL&host=SRVSIG01>
- ² Recentes trabalhos de prospeção permitiram recolher materiais romanos na encosta do morro do Castelo, indicando a existência de uma ocupação anterior à Atalaia Medieval aqui conhecida.
- ³ Quando nos encontrávamos a concluir este texto, detetamos num antigo quintal, de um edifício da Rua Luís de Camões dois fustes de coluna romanos em mármore.
- ⁴ Da responsabilidade do Dr. Fernando Madeira.
- ⁵ Sítios como a Quinta do Bulhaco e Bairro Gulbenkian são abandonados em meados do século II a.C.